



117

PARECER TÉCNICO-JURÍDICO

Projeto Lei nº 081/2022 (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Autoria: **Poder Executivo**

Ementa: “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias a serem aplicadas ao orçamento anual do exercício financeiro de 2023”.

Analisado, etc.

1. NATUREZA FORMAL E TECNICA LEGISLATIVA:

1.1 A matéria da súmula em epígrafe refere-se ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.2 Faz-se necessário esclarecer, que deve ser elaborado em harmonia com o PPA e orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA.

1.3 Desta forma, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO é instrumento de planejamento de curto prazo e tem como funções básicas: *a)* estabelecer as metas e prioridades da Administração Pública para o exercício financeiro seguinte; *b)* orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA do exercício vindouro (2022); *c)* alteração da legislação tributária; e *d)* estabelecer a política de aplicação e captação de subvenção de capital investimento junto aos demais entes da federação.

1.4 Pois bem, compete a este órgão consultivo esclarecer que: **metas:** é quantificação, física ou financeira, dos objetivos das ações governamentais estabelecidas pelo PPA; **prioridades:** são os programas e ações constantes dos Anexos da LDO, os quais terão preceência na alocação dos recursos no projeto e na Lei Orçamentária Anual e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa; **as despesas de capital:** despesas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir um bem de capital. Abrange, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente, etc; **para o exercício financeiro subsequente:** o exercício financeiro compreende 1º de janeiro a 31 de dezembro do ano vindouro (2023).

2. CONSTITUCIONALIDADE:



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA
Assessoria Jurídica

118

2.1 Natureza e previsão desta matéria têm arrimo consistente no princípio de freios e contra pesos do sistema republicano, competindo a este Poder analisar e controlar a execução e aplicação orçamentária e se está em simetria com o sistema orçamentário estabelecido pelo art. 165, §º 1º, da CF/88.

3. INFRACONSTITUCIONALIDADE:

3.1 Compatível com as leis infraconstitucionais, notadamente com a Lei Ordinária Federal nº 4.320/64.

3.2 Também a partir da observância da LRF (Art. 4º), dois anexos integram a LDO: a) Anexo de Metas Fiscais, onde estabelece metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem assim como para os dois seguintes; e b) Anexo de Riscos Fiscais, onde consta a avaliação dos passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

4. CONCLUSÃO:

4.1 Assim, devolvo o feito ao seu curso institucional doravante aparelhada de manifestação técnica-jurídica, efetuada sob o prisma estrito e expreso da técnica legislativa, ou seja, somente a natureza formal, técnica legislativa, constitucionalidade e infraconstitucionalidade. Desta feita, concluo e pugno pela tramitação da presente matéria para a discussão política no Soberano Plenário sob a discricionariedade da Mesa Diretora, após, ouvida as comissões temáticas competentes para deslinde desta matéria e observando as recomendações apontadas.

4.2 Importante ressaltar que os anexos foram objeto de análise pela Comissão Temática respectiva, com assessoramento da equipe técnica em orçamento desta Casa de Leis.

É o parecer.

Rolim de Moura, RO, 15 de junho de 2022.

JORGE GALINDO LEITE
Advogado/Ass. Jurídico Legislativo (OAB/RO 7137)